

RECURSO ESPECIAL Nº 1.860.896 - RO (2020/0028946-7)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : CICERO SERGIO LOPES
ADVOGADOS : JOSÉ DE ALMEIDA JÚNIOR - RO001370
CARLOS EDUARDO ROCHA ALMEIDA - RO003593
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONDENAÇÃO ORIUNDA DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. PRELIMINAR DE NULIDADE PROCESSUAL SUSCITADA PELO IMPLICADO, UMA VEZ QUE A SENTENÇA TERIA SE UTILIZADO DE INFORMAÇÕES PARA OS QUAIS A PARTE NÃO SE MANIFESTOU. DE FATO, O CÓDIGO FUX VEDA AS DECISÕES-SURPRESA, SENDO CERTO QUE A CORTE RONDONIENSE RECONHECE QUE O JUÍZO PRIMITIVO SE UTILIZOU DE ELEMENTOS ADVENIENTES DE OUTRA SENTENÇA E QUE A PARTE ACIONADA NÃO SE MANIFESTOU SOBRE AS REFERIDAS INFORMAÇÕES LANÇADAS. O PREJUÍZO É EVIDENTE, UMA VEZ QUE A PARTE FOI CONDENADA ÀS SANÇÕES DA LEI DE IMPROBIDADE. NULIDADE RECONHECIDA NO PRESENTE CONTROLE DE LEGALIDADE. RECURSO ESPECIAL DA PARTE IMPLICADA CONHECIDO E PROVIDO, EM ORDEM A REFORMAR O ARESTO DO TRIBUNAL PARA DECLARAR A NULIDADE DA SENTENÇA, DETERMINANDO O RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA NOVO JULGAMENTO, PROSCREVENDO-SE, NESSA OPORTUNIDADE, A UTILIZAÇÃO DE ELEMENTOS DOCUMENTAIS OU DE INFORMAÇÃO PARA OS QUAIS A PARTE NÃO TENHA SE MANIFESTADO.

1. Trata-se de Recurso Especial de CÍCERO SÉRGIO LOPES com fulcro na alínea *a* do art. 105, III da CF/1988, a partir do qual objetiva a reforma de aresto do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, assim ementado:

Apelação em Ação Civil Pública. Ato de Improbidade Administrativa. Julgamento antecipado da lide. Preliminar de cerceamento de defesa. Inocorrência. Vereador. Nomeação de assessora. Cargo em comissão. Exigência repasse de percentual dos vencimentos. Violação aos princípios norteadores da Administração Pública. Enriquecimento ilícito. Dolo e má-fé evidentes. Condenação mantida. Sanções reajustadas. Dever de correlação da reprimenda com ato ímprobo praticado (fls. 251).

2. Nas razões de seu Apelo Raro, a parte recorrente

vindica a reforma do aresto rondoniense por alegada violação dos arts. 10, 370 e 372 do Código Fux, ao argumento de que *a irresignação do Recorrente decorre do fato de que após a juntada da sentença criminal nos autos, o magistrado sequer oportunizou vista ao Recorrente. Essa ausência de oportunidade de manifestação sobre a juntada/utilização da sentença criminal condenatória, caracteriza prejuízo irreparável à parte, e, por consequência cerceamento de defesa e a nulidade da r. decisão recorrida, atacada naquela oportunidade com recurso de apelação e agora socorrida a essa e. Corte por meio de Recurso Especial* (fls. 308).

3. A Presidência do Tribunal de origem deferiu o processamento do Apelo Raro (fls. 325); parecer do MPF pelo não conhecimento do recurso (fls. 334/337).

4. Em síntese, é o relatório.

5. Cinge-se a controvérsia em saber se há nulidade ou não da sentença que se valeu de fundamentos adotados em outra sentença, sem que a parte demandada tenha se manifestado previamente sobre o documento.

6. A respeito do tema, o Código Fux estabelece que *o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício*. É a dicção do art. 10 da referida lei processual.

7. Na presente demanda, a parte argumenta que *a sentença emprestada ou prova emprestada não foi submetida ao contraditório e à ampla defesa, esta não ostenta nenhum efeito probante, conforme precedentes/ementa supracitada* (fls. 314). Aduz que, para sobrevir decreto condenatório, foram utilizados elementos constantes de outra sentença, sem que a parte tivesse tomado conhecimento dessa informação.

8. Sobre o ponto, o Tribunal de origem assim

dissertou:

Ponto outro, muito embora o apelante Cícero questione a referência da Sentença criminal como se fosse prova emprestada, na realidade, o juiz de origem tão somente se valeu dos fundamentos empregados na Sentença criminal como complemento de razões para decidir também a controvérsia no âmbito cível, não havendo se falar em cerceamento de defesa porque, diversamente do alegado, não houve efetivo empréstimo de prova que ensejasse prévia manifestação por parte do ora apelante a este respeito (fls. 255/256).

9. Como se vê, a Corte Rondoniense de fato reconhece que o Juízo Primitivo se utilizou de elementos advenientes de outra sentença e que a parte acionada não se manifestou sobre as referidas informações lançadas. Convém registrar que o acionado foi condenado às iras da Lei de Improbidade, e que essa condenação foi confirmada pelo Tribunal, inclusive com exasperação das reprimendas.

10. Ao que se deduz do quadro fático-processual, e valendo-se exclusivamente dos informes constantes do julgado recorrido, nota-se que houve violação do art. 10 do código Fux, uma vez que a sentença incorreu no vício da decisão-surpresa, ao condenar o acionado por meio de fundamento para o qual a parte não teve oportunidade de se manifestar. Cuida-se de violação aos postulados do contraditório e da ampla defesa.

11. O prejuízo é evidente, uma vez que a parte foi condenada às sanções da Lei de Improbidade, motivo pelo qual o acórdão deve ser reformado, para nulificar a sentença.

12. Mercê do exposto, conhece-se do Recurso Especial da parte implicada e se lhe dá provimento, em ordem a reformar o aresto do Tribunal para declarar a nulidade da sentença, determinando o retorno dos autos à origem para novo julgamento, proscrevendo-se, nessa oportunidade, a utilização de elementos documentais ou de informação para os quais a parte não tenha se manifestado.

13. Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

14. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR